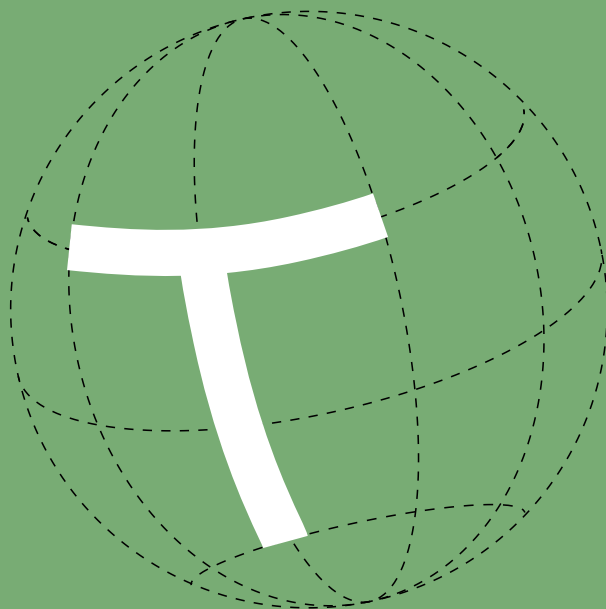


TERRITÓRIOS EM CONFLITO **4**

**CONFLITO E  
ALTERNATIVAS DE VIDA**  
A VIDA COMO PRÁTICA  
EMANCIPADORA

María Oianguren Idigoras



Este material foi extraído da publicação digital *Territórios em conflito. Chaves para a construção de alternativas de vida*, da coleção Rede Gernika.

© Jokin Alberdi, Isabel Casimiro, Teresa Cunha, Alfonso Dubois, Gonzalo Fernández, Yolanda Jubeto, Mertxe Larrañaga, María Oianguren e Luísa de Pinho Valle, 2019

© Associação de Investigação pela Paz Gernika Gogoratuz, 2019  
Artekalea, 1-1.º • 48300 Gernika-Lumo  
Tel.: 946 25 35 58  
Correio eletrónico: [info@gernikagogoratuz.org](mailto:info@gernikagogoratuz.org)  
<http://www.gernikagogoratuz.org>

# 4

## CONFLITO E ALTERNATIVAS DE VIDA A VIDA COMO PRÁTICA EMANCIPADORA

---

**María Oianguren Idigoras**

María Oianguren Idigoras é licenciada em Filosofia e Ciências da Educação pela Universidade do País Basco (UPV/EHU). Realizou o curso superior de Gestão de Empresas e Associações Culturais organizado por o Grupo Xabide (Gestão cultural e Comunicação) e a Universidade Complutense de Madrid. É diretora do Centro de Investigação pela Paz Gernika Gogoratzuz e da Rede Gernika.

Presidente do Conselho Consultivo do Plano de Convivência e Direitos Humanos do Governo Basco (2018-2020), é membro da Junta Diretiva de AIPAZ (Associação Espanhola de Investigação pela Paz), de EuroBasque (Conselho Basco do Movimento Europeu) e do Conselho de Cooperação da Reserva da Biosfera de Urdaibai. Foi presidente do Fórum de Associações de Educação em Direitos Humanos e pela Paz (2007-2011). Prémio René Cassin de Direitos Humanos do Governo Basco, 2010.



**A**nossa principal resistência surge perante a ideia de imaginar uma vida sem sentido. Nos rebelamos contra ao facto de que tudo, feito ou não feito, resulte absurdo, isto é, isento de sentido. Resistimos a aceitar que as coisas acontecem sem a possibilidade de mudança. Por isso, lutamos pela transformação social e procuramos alternativas para entender a vida como uma prática emancipadora.

As humanidades e as ciências sociais e, em particular, a filosofia, inscrevem-se dentro de um saber prático que estabelece marcos de sentido com uma exigência clara de justiça perante qualquer situação na qual um poder repressivo infringe a autonomia pessoal e impeça o vínculo social.

O ponto de partida deste capítulo é o conflito. Nas palavras de Alfonso Dubois (2019), «O conflito encontra-se inevitavelmente presente em qualquer processo de desenvolvimento de capacidades orientadas à transformação». Partindo dessa premissa, e tomando como quadro de análise os estudos da paz e os conflitos, faremos uma aproximação a esses estudos e às propostas alternativas ao modelo dominante para entender a vida como uma prática emancipadora.

Previamente, queremos recordar que esta proposta se enquadra no projeto de cooperação internacional «Territórios em conflito: Investigação, formação e ação para o fortalecimento de capacidades e a construção de alternativas de vida», coordenado pelas organizações Gernikatik Mundura e Gernika Gogoratuz com dois objetivos muito precisos. Por um lado, alertar o impacto dos fatores transnacionais e a sua incidência na implementação de iniciativas locais e, por outro lado, descrever as alternativas ao modelo hegemónico que se estão a desenvolver em cada um dos três territórios estudados tais como, a província de Cabo Delgado, em Moçambique; Cajamarca, no departamento de Tolima em Colômbia, e o concelho de Urdaibai, no País Basco.

No enquadramento do projeto convergem num diálogo visões plurais e propostas teóricas, como uma abordagem das capacidades

coletivas e o desenvolvimento humano local sustentável, as epistemologias do Sul e a horizontalidade dos diálogos de conhecimentos, a visão feminista do poder e da economia. E uma metodologia que articula a dimensão normativa, a da transformação social, a coletiva e da complexidade.

Na primeira parte do capítulo realizaremos uma breve análise dos estudos da paz e os conflitos para sublinhar as chaves que favoreceram a construção de cenários mais justos e sustentáveis. Iniciaremos com uma menção histórica da investigação pela paz e explicaremos o contexto que conduziu à institucionalização deste campo através da expansão de centros de investigação e departamentos universitários, do aumento de ensaios académicos e da proliferação de revistas especializadas. Um processo de institucionalização que se articulou, principalmente, sobre um discurso assente na matriz positivista da paz liberal. Por isso, nos estenderemos na análise das três aproximações que mais influenciaram o discurso crítico da construção da paz e da transformação dos conflitos.

Na segunda parte do capítulo, aproximamo-nos das aprendizagens para elaborar uma agenda crítica de paz. Destacamos três das capacidades humanas que incitam a uma reflexão sobre o cuidado e a sustentabilidade da vida: a capacidade de recordar desde um conhecimento contextualizado para habitar nos espaços do mundo, a capacidade de imaginar desde uma dimensão criadora e elaborar narrativas que conformem alternativas, e a capacidade de renunciar em estado simbólico, ecológico e social para participar e impulsionar processos de transformação emancipadora. Poderemos progressar assim para um marco normativo assente num conhecimento entendido não tanto como uma acumulação de conhecimentos, mas como um processo intersubjetivo que nos relaciona com o nosso estar no mundo.

Em conclusão, cremos que é necessário ampliar a nossa visão e aprofundar o sentido de bem-estar, de bem viver ou vida em plenitude, enraizada ao nosso lugar de pertença, ao seu habitat, para expandir as categorias de identidade e propriedade sobre as quais assenta o pensamento moderno liberal. Deste modo poderemos construir uma reflexão que pudesse incentivar a motivação para nos cuidar, para cuidar as nossas relações e cuidar a nossa envolvente, isto é, cuidar os meios do ambiente no qual somos.

Finalmente, reuniremos as referências bibliográficas e os recursos das websites para continuar explorando o campo de estudos.

## UMA BREVE APROXIMAÇÃO AOS ESTUDOS DA PAZ E OS CONFLITOS

Igualmente como no capítulo da introdução do livro se define um primeiro esclarecimento sobre o uso do próprio conceito de desenvolvimento, uma consideração similar é também aplicável à categoria de paz, sendo que em nenhum caso é neutra nem isenta de conteúdo, mas que, pelo contrário, em cada momento histórico esteve inscrita ao projeto civilizatório vigente social, económica e politicamente. Atualmente, nos referimos à modernidade e ao enquadramento da epistemologia neoliberal do capitalismo.<sup>1</sup>

As diversas formas de representação da paz, da guerra, da convivência e do conflito estiveram presentes desde os inícios da humanidade. Uma breve aproximação histórica, ao contrário do que comumente pudesse parecer, afirma que as evidências antropológicas, arqueológicas e paleontológicas mais recentes sustentam que os componentes cooperativos incidiram na sobrevivência da espécie humana durante a maior parte da evolução dos homínidos, convertendo-se numa das características antropológicas essenciais (Jiménez Arenas, 2011). Consideramos que é importante lembrar, especialmente porque estamos a referir-nos ao âmbito das epistemologias da paz e, por este facto, pretendemos resgatar como contraponto perante o domínio da tradição cultural do ocidente. Como evidenciam as narrativas de fundação da tradição ocidental eurocêntrica (Génesis, Antigo Testamento, o *Leviatán*, de Hobbes [1651], ou *A origem das espécies*, de Darwin [1859]), tradicionalmente prevaleceu uma visão individualista, egoísta e competitiva da humanidade.

A paz, no âmbito do pensamento ocidental, adquire certa relevância epistémica sob a matriz da modernidade liberal a partir da definição da Paz de Westfalia (1648), que rompe com a concessão feudal e estabelece uma nova ordem na Europa que repousará, a partir desse momento, sobre o conceito de soberania nacional e na integridade territorial dos Estados. Kant, em *A paz perpétua* (1795), propõe entendê-la desde a razão prática, como um fim e um dever, orientada para a constituição de uma paz entre Estados que graças ao comércio poderia ser a base sobre a qual consolidar uma estrutura mundial de paz. É interessante retomar a leitura crítica da obra de Kant, que

---

1. É interessante ler a seção «Capitalismo do século XXI: transnacionais, territórios, megaprojetos», no capítulo de Gonzalo Fernández (2019) incluído nesta mesma publicação.

resgata o sentido autêntico de comércio através do intercâmbio de línguas e crenças como promotoras e detentoras de uma governança para a paz, ampliando desta maneira o seu campo de significado, sem ficar reduzido à mera mercantilização e às ganâncias económicas em nome do empobrecimento de outras pessoas (Martínez Guzmán, 2018: 114).

A guerra, ao longo dos séculos, se afirma como instituição militar e dá estrutura a macropolítica e o confronto bélico num sistema hegemónico baseado no patriarcado colonial capitalista. Não é ao acaso que, a princípios do século xx, a investigação pela paz (irenologia) se apresenta de modo complementar ao estudo da guerra (polemologia) e analisa as suas formas, causas e efeitos como fenómeno económico e social.

É mais tarde, quando com a irrupção da disciplina dos estudos de paz e os conflitos na década dos anos cinquenta (Ramsbotham, Woodhouse e Miall, 2011: 47-48), que se define o campo analítico e normativo da resolução dos conflitos, o qual centra a sua atividade no conflito violento, a partir de uma abordagem sobre a sua natureza, o tratamento dos seus sintomas e as causas que o originaram. O aparecimento em ciências sociais deste novo campo é visto com uma certa inquietação, tanto por parte das teorias de corte realista como das marxistas. Isto é devido, principalmente, à desconfiança que suscita a abordagem sobre a inevitabilidade da violência, que a partir destas correntes se assume, quer para manter o *statu quo* e a legitimação de um sistema, quer para a sua destituição.

É na década dos anos sessenta e setenta que o campo da resolução de conflitos se especializa, e define com ambição os seus três principais desafios de atuação. Por um lado, propõe centrar os seus esforços no trabalho de prevenção de futuras confrontações bélicas com o objetivo de garantir a segurança internacional; ao mesmo tempo, considera a eliminação das desigualdades e injustiças no sistema global, e, finalmente, orienta os seus propósitos para a concretização de um equilíbrio e controle ecológico à escala planetária.

Na década dos anos setenta e oitenta, as mobilizações do movimento antinuclear, do pacifismo e do movimento feminista rompem com força nas ruas e nas aulas e influem de maneira determinante no corpus teórico da investigação pela paz. Os estudos críticos, especialmente, os pós-estruturalistas e pós-coloniais, deixam transparecer um diálogo interdisciplinar que enriquece o campo e amplia o seu programa a outras aproximações epistemológicas. Simultaneamente, a investigação pela



#### 4. CONFLITO E ALTERNATIVAS DE VIDA

paz especializa-se em novos campos de estudo e intervenção relacionados com a análise dos conflitos. Esta especialização permite diferenciar as abordagens e as intervenções posteriores. Nesta linha, consideram-se as abordagens de gestão, resolução e transformação de conflitos, práticas e campos de atuação, como a facilitação, a mediação e a negociação, aplicadas além disso a distintos âmbitos (político, empresarial, comunitário, escolar, familiar...).

Na década dos anos noventa, no período do pós-guerra fria, intensificam-se as correntes clássicas do realismo nas relações internacionais e do liberalismo económico e político que permitem configurar o documento *Um programa de paz (Agenda for Peace)*, apresentado em 1992 pelo então secretário geral das Nações Unidas, Boutros Boutros-Ghali. Este programa de paz propõe de uma série de operações institucionais (*peacemaking, peacekeeping, peacebuilding*) nos territórios do pós-conflito armado e cimenta um modelo de intervenção que considera possibilitar políticas de paz e segurança no âmbito da governabilidade dos Estados e a defesa da democracia, o desenvolvimento e os direitos humanos, desconsiderando, no entanto, outras aproximações epistémicas à maneira de entender o mundo, fora da matriz da paz liberal.<sup>2</sup>

Atualmente, também, no âmbito da transformação dos conflitos abre-se um período de revisão crítica para abordar a descolonização dos processos de construção da paz que se têm vindo a utilizar desde o paradigma hegemónico de paz liberal (Fontan, 2012; Jaime-Salas, 2018).

Estas propostas partem de uma abordagem multidisciplinar inspirada nas contribuições do feminismo, o ecologismo, a construção da paz «a partir da base», as dimensões local e global e a abordagem intercultural, que supõem ampliar o campo de atuação a distintos âmbitos de intervenção: a ação humanitária, os estudos críticos de desenvolvimento, a segurança humana, a viragem pós-colonial, a descolonização epistémica e metodológica da paz, a justiça transitória, o direito das vítimas à verdade, justiça e reparação, as pedagogias críticas para a paz, a desobediência civil e a resistência não violenta.

Aqui nos limitamos a destacar algumas das propostas que consideram a construção da paz desde uma epistemologia crítica que sirva, principalmente, como um elemento essencial para potenciar cenários

---

2. Para uma abordagem mais detalhada ao avanço do modelo neoliberal, é recomendável ler a primeira seção do capítulo de Jokin Alberdi (2019) neste mesmo livro, onde é realizada uma revisão do retrocesso da democracia, a participação e a governança no século XXI.

de vida justos, pacíficos e emancipadores. Isto é, destacaremos as análises que incidem, por um lado, nos aspetos civilizatórios na hora de abordar os conflitos e, por outro lado, consideram superar as definições de paz condicionadas ao terreno armamentista e as definições de desenvolvimento limitadas a termos económicos, ampliando-se assim o foco ao âmbito analítico da paz positiva, isto é, entender a paz para além da ausência de guerra ou violência direta na qual se encontra restringida a articulação do paradigma da paz negativa (Galtung, 1998, 2003).

Por outro lado, iniciam-se a abordar e ampliar os marcos de análises que incluem outras epistemologias, como as do feminismo ou as indígenas. A dimensão coletiva da memória, a identidade e o lugar de enunciação adquirem valor epistémico de acordo com as conceções circulares do espaço e tempo que procuram dar resposta às questões fundamentais que concernem a nossa condição humana, isto é, as inevitáveis: quem somos?, a que lugar pertencemos? ou como caminhamos juntos? Essas questões começam a ocupar um lugar relevante no âmbito da construção da paz, sem desprezar em nenhum caso, mas questionando, as lógicas de intervenção no quadros estreitos da modernidade e da ciência da paz, limitada aos resultados mensuráveis a curto prazo (Lederach, 2007; Lederach e Lederach, 2014).

É também neste momento, quando se começa a configurar um âmbito que combina as contribuições do campo filosófico às dos estudos da paz e os conflitos, seguindo as propostas do giro epistemológico tanto da paz (Martínez Guzmán, 2001, 2005) como da paz imperfeita (Muñoz, 2011; Muñoz y Bolaños, 2011), entendidas como as capacidades de consenso político que os seres humanos temos para fazer as pazes, a partir de uma diversidade de reflexões, que têm como objetivo reconstruir as competências humanas para transformar os conflitos através de métodos pacíficos.

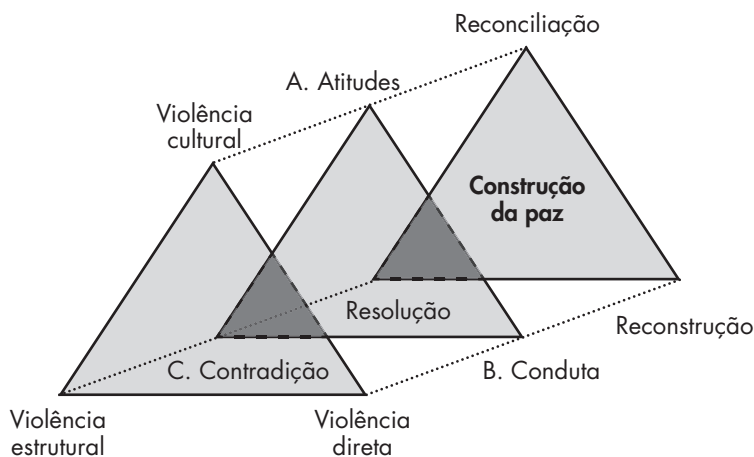
As três aproximações teórico-práticas detalhadas abaixo permitiram ampliar a compreensão das categorias de paz e conflito. A construção da paz, hoje, se desmarca de um ideal de paz abstrato e se orienta a um fim de carácter transformador e, portanto, aberto à crítica e crítico para com o paradigma da epistemologia liberal como única maneira de entender a nossa existência no mundo.

É evidente que nem as propostas nem a matéria se esgotam aqui; apenas quisemos reunir três das contribuições que mais inspiraram o âmbito da construção da paz, como medida emancipadora, e o âmbito do conflito, como medida transformadora.

## ■ Geometrias de paz: o triângulo dos conflitos

Através da reconhecível e característica imagem do triângulo das violências, Johan Galtung (2003: 109) traduz em termos de geometria analítica a relação entre violência, conflito e imagens de paz (veja a figura 1). Desse modo argumenta que o conflito é sobre a vida e anota diretamente as contradições como destruidoras ou criadoras de vida.

FIGURA 1. O TRIÂNGULO DAS VIOLÊNCIAS



Fonte: Galtung (1998: 18).

Galtung amplia o campo de análise dos estudos de paz e centra o debate nas causas dos conflitos para incidir na sua transformação através de meios pacíficos com uma premissa clara e implícita de justiça social. Propõe como condição necessária analisar a raiz do conflito e desativar a componente de violência que pudesse se encontrar no mesmo, diferenciando para o efeito os seus três vértices. Referimo-nos ao conhecido triângulo dos conflitos, com o vértice da violência direta, que agride e assassina; o vértice da violência estrutural, que explode, reprime e domina, e o vértice da violência cultural, que legitima as atitudes e condutas violentas.

Paralelamente, na sua fórmula propõe círculos virtuosos que permitem a resolução dos conflitos combinando distintas atuações para a sua transformação após o fim da guerra, o cessar de hostilidades ou a assinatura dos acordos. Nesse sentido, propõe atuar de maneira sincrónica aplicando o seguinte método: após a violência direta é necessário abordar os processos de reconstrução material, e ao mesmo tempo aproximar as partes confrontadas para conseguir a reconciliação, e, em terceiro lugar, é preciso ir à raiz do problema para a resolução do conflito subjacente.

A triangulação do conflito permite entendê-lo como consubstancial às relações e à estrutura, com interesses, necessidades, condutas e valores entre pessoas ou grupos que concebem os seus objetivos como incompatíveis, podendo dar-se, ou não, expressões violentas. Incorpora no paradigma da construção da paz as propostas das 3 R (reconstrução, reconciliação e resolução) de modo que, em primeiro lugar, favorecem o processo para uma transformação de atitudes que assegura o estabelecimento da paz; em segundo lugar, progressem para atuações não violentas para reduzir os comportamentos destrutivos, e, em terceiro lugar, possibilitem uma análise das contradições subjacentes na raiz do conflito para poder transformá-lo.

Desta maneira, um dos fundadores mais destacados dos estudos da paz e dos conflitos consegue sintetizar uma definição de paz como «a capacidade de manipular os conflitos com empatia, não-violência e criatividade» (Galtung, 1998: 18), sem ignorar, como anteriormente referido, a atuação sobre as raízes estruturais e culturais da violência para demonstrar a sua complexidade e superar as visões que simplificam a paz como a ausência de guerra ou de violência, isto é, o quadro da paz negativa.

Ampliando-a, desta maneira, a uma compreensão de paz vinculada diretamente à vida, como espaços de potencialização, isto é, o quadro da paz positiva, que inclui os espaços do conflito sobre os quais intervir: a natureza, a pessoa, a sociedade, o mundo, a cultura e o tempo. Neste sentido, Galtung amplia e aprofunda a abordagem de paz como dobragens da vida, tal como referido nas palavras de Juan Gutiérrez no prefácio da obra *Paz por medios pacíficos*:

Largura na medida em que não vive só para si mesma, mas que se liga com outras vidas prestando-lhes apoio, confiando nelas e constituindo assim um tecido formado por fatos que são os seus filamentos e os seus nós, estruturas que lhes dão sustento e cultura que o incentiva. [...] a paz positiva transcende como tecido de vida a violência.

#### 4. CONFLITO E ALTERNATIVAS DE VIDA

Profundidade porque a paz positiva de vida não se encontra após a guerra e a violência, naquele ponto em que foram superadas, como acontece com a paz negativa, mas debaixo delas, constituindo o tecido social de vidas sobre o qual a violência e guerras descarregam e desde o qual forma a resistência que as pode superar. Debaixo e com profundidade porque no seio da vida diária, no que não se faz público, move-se com criatividade, energia, empatia, vontades e emoções em grande maioria da humanidade, desapercibida, ao mesmo tempo apolínea e dionisiaca, com estratégias de sobrevivência e êxito, enraizada no privado e no íntimo, no subsolo do público. (Galtung, 2003: 11-12)

#### ■ Poéticas de paz: memória e cicatrização coletiva

O feminismo, particularmente, no segundo movimento das décadas dos anos sessenta e setenta, com o lema «o pessoal é político», afirmou a estreita conexão que existe entre as experiências pessoais e as estruturas sociais e políticas. No entanto, no âmbito dos estudos de paz, sujeito à exigência científica de restringir as suas atuações aos parâmetros de objetividade e neutralidade, levou tempo a incorporar no seu campo teórico prático a dimensão criativa e as práticas intersubjetivas como sendo contribuições epistemológicas válidas. Esta contribuição por parte do feminismo serve para nos remeter à contribuição essencial que supôs a análise das relações de poder e as estratégias de resistência, que neste livro se encontram detalhadamente expostas (Jubeto, Larrañaga e Valle, 2019; Cunha e Casimiro, 2019).

Como antecipado, a ciência da paz nos seus inícios não conseguia compreender as possibilidades que certas categorias de relações, tais como o corpo, a memória e o território ofereciam ao campo de análises e intervenção em situações de conflito. Contudo, propostas como a de Donna Haraway sobre o conhecimento contextualizado, que aborda considerar o rigor científico e a não-neutralidade na atuação do investigador ou investigadora como opção válida e complementar no processo de investigação, amplia a abordagem sobre o lugar de enunciação da ciência. Sem lugar a dúvidas, atualmente, a subjetividade, as emoções e os sentimentos ocupam um lugar destacado nos processos de transformação social, para além também do compromisso com os valores mais profundos e do próprio desejo reflexivo sobre as inquietações humanas, isto é, aquelas que nos falam sobre o eterno humano na envolvente humana, entendido quer como compromisso público do labor filosófico (Martínez Guzmán, 2001, 2005), quer como vocação (Lederach, 2007).

Precisamente através de John Paul Lederach (1998, 2007; Lederach e Lederach, 2014), com uma experiência de mais de trinta anos de trabalho no âmbito da construção da paz, as categorias do corpo, da memória e do território — inspiradas em cosmovisões indígenas de América, África e Oceânia — convertem-se em elementos constitutivos dos processos de transformação social construtiva, especialmente no caso dos processos de cicatrização social em cenários de violência prolongada e conflitos enraizados.

Nestes processos podemos observar que as metáforas espaciais às quais fazem referência as comunidades que sofrem a violência estão vinculadas aos seus lugares de pertença, e as narrações vinculam o passado e o futuro para entender o significado presente. A obra de Lederach explora a aprendizagem indutiva através dos resultados inesperados, das narrativas e das paisagens sonoras, como parte constitutiva da reparação e da reivindicação de justiça às vítimas da guerra e da violência prolongada.

O autor dedica uma de suas obras à imaginação moral, que entende como a capacidade de nos imaginar numa rede de relações e entender a complexidade para além da polaridade dual, confiar no ato criativo e assumir os riscos que implicam transitar para uma transformação social construtiva. Esta abordagem requer uma imagem diferente da estratégia, um *focus* que permita pensar sobre a vida para reconhecer e construir o *locus* do potencial da transformação a partir dum enquadramento reflexivo sobre a memória coletiva, a identidade e o lugar de enunciação (veja a figura 2).

A partir deste ponto ressalta a capacidade de encontrar uma narrativa que dê sentido à vida e à relação presente e que constituam a memória coletiva das comunidades afetadas pela violência na procura de um futuro, na necessidade de (re)historiar. Nesse sentido, a dimensão narrativa presta especial atenção à estrutura metafórica da simultaneidade espacial e à sequencialidade temporal para entender a circularidade dos processos de cicatrização coletiva<sup>3</sup> em cenários de violência.

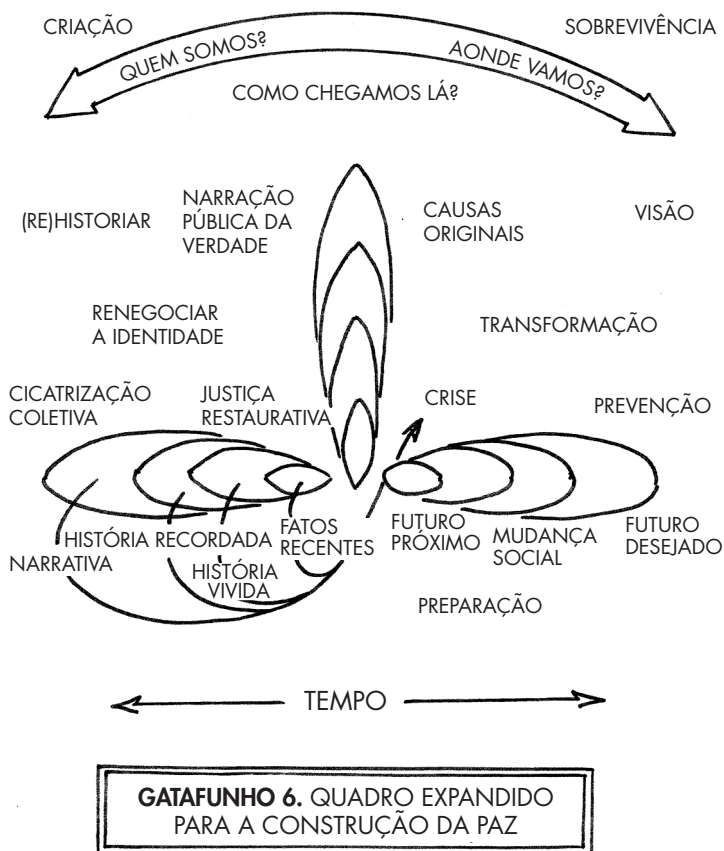
Estas aproximações alteram de maneira considerável a visão e o quefazer dos estudos da paz, desviando-lhes de lógicas dicotômicas excludoras e enraizando os seus objetivos em enquadramentos mais complexos de transformação social.

---

3. «[...] a cicatrização coletiva representa a capacidade das comunidades e das pessoas a nível individual de sobreviver, tornar a sua voz local e, de maneira resiliente, inovar os espaços de interação que alimentam diálogos significativos e ações decididas, durante e depois da violência intensificada e estrutural» (Lederach e Lederach, 2014: 221).

#### 4. CONFLITO E ALTERNATIVAS DE VIDA

FIGURA 2. QUADRO EXPANDIDO PARA A CONSTRUÇÃO DA PAZ



Fonte: Lederach (2007: 209).

#### Filosofias de paz: giro epistemológico e paz imperfeita

No marco das filosofias e práticas da paz (Comins Mingol e Muñoz, 2013), o giro epistemológico da paz (Martínez Guzmán, 2001) e a paz imperfeita (Muñoz, 2001) ocupam um lugar central a partir de uma filosofia comprometida, por um lado, com a recuperação do potencial humano para pensar, sentir e fazer a paz, e questionar assim a inexo-

rabilidade da violência, e por outro lado, com o desenvolvimento das capacidades humanas para a convivência, o cuidado e a transformação dos conflitos que contribuem a reduzir a violência, e potenciar os quadros de referência e aprendizagem que promovam a cooperação e a solidariedade para poder desentranhar a estrutura simbólica que legitima a violência direta e estrutural.

A filosofia para dar as pazes, deste modo, é a reconstrução normativa das competências humanas desde as múltiplas formas e diferentes culturas para dar as pazes de maneira pacífica. Neste sentido, a proposta do giro epistemológico de «pensar a paz a partir da paz» afirma a importância de resgatar e aprofundar na diversidade de propostas epistemológicas que sejam capazes de tornar visíveis tanto as coletividades excluídas como os saberes subordinados. Apresentam-se como saberes e práticas cooperativas, empáticas e solidárias, incorporando como eixos fundamentais da investigação pela paz a perspectiva de género, a cultura, a ecologia e uma compressão holística da realidade. A categoria analítica da paz imperfeita fundamenta-se, por conseguinte, numa ideia que inclui, no seu corpus teórico, o desenvolvimento das potencialidades humanas e a complexidade como enquadramento de interpretação dos estudos de paz e conflitos.<sup>4</sup>

Finalmente, queremos assinalar as similitudes teóricas que podemos encontrar entre diferentes aproximações epistémicas que contemplam abordagens mais complexas e alternativas ao conhecimento hegemónico, como, por exemplo, o giro epistemológico da paz e as epistemologias do Sul (Santos e Aguiló, 2019) e, especialmente, as sociologias das ausências e das emergências (Cunha e Casimiro, 2019).

### **APRENDIZAGENS PARA UM PROGRAMA CRÍTICO DA PAZ**

O programa de estudos da paz e dos conflitos tem novos desafios que somar aos desafios sobre os quais centrou o seu propósito na década dos anos cinquenta no século passado. Recordemos que não eram outros

---

4. Em relação à categoria analítica da paz imperfeita e a sua referência às potencialidades, recomenda-se a leitura do capítulo de Alfonso Dubois (2019) neste mesmo livro, onde assenta as bases da teoria da transformação social concebida a partir das categorias de bem-estar e da abordagem das capacidades humanas, dando especial ênfase na sua dimensão coletiva para enfrentar a complexidade e poder avançar num quadro de aprendizagens para a ação.



#### 4. CONFLITO E ALTERNATIVAS DE VIDA

senão de reduzir as guerras e a violência, eliminar as desigualdades e injustiças a nível global e conseguir o equilíbrio e o controle ecológico à escala planetária.

É inegável que o cenário mundial, ao longo destes anos, sofreu grandes alterações ao nível político, económico e social. Na última década, as crises hídrica e energética, a perda da biodiversidade e dos recursos materiais, a emergência climática e a entrada em cena da *big data* e da revolução digital, estão a alterar de maneira significativa a base material e epistémica que suporta a economia e a democracia, incidindo diretamente na nossa vida quotidiana a uma velocidade atípica.

Não obstante, é indubitável o avanço normativo e analítico que se produziu nestas últimas décadas relativamente aos estudos da paz e os conflitos. A normatividade da paz, aplicada como desejo e valor, indica como transformar os conflitos de modo a satisfazer de maneira justa e pacífica as necessidades das pessoas e das coletividades. E a paz como categoria analítica que estuda, por um lado, o campo das experiências humanas nas diferentes etapas históricas, na diversidade de culturas e cosmovisões, e, por outro lado, analisa o contexto e as circunstâncias nas quais os conflitos foram tratados de maneira cooperativa e pacífica para elaborar indicadores que servem como referência na consolidação de futuros cenários.

Atualmente, a construção da paz incorporou abordagens que permitem hoje aproximações epistemológicas e metodológicas que renovam o enquadramento da transformação dos conflitos. A paz não se concebe como ação benfeitora, salvadora e civilizadora, senão pelo contrário, como uma ação transformadora. É o caso, por exemplo, da investigação realizada no projeto «Territórios em conflito», que nos permite entender a categoria da paz e o seu quadro de análise em relação ao desenvolvimento das capacidades humanas para o cuidado da vida com critérios de justiça social.

O ponto de partida da investigação é a capacidade por definir e levar a cabo um projeto de futuro, desejável e possível, na procura de alternativas válidas ao modelo dominante, sustentado no crescimento económico e nas suas consequências civilizatórias. Para o efeito, recordamos-lhe salientando a importância do social e do relacional a partir da abordagem das capacidades e, especialmente, do ponto de vista da sua dimensão coletiva para promover estruturas de vida em termos de sustentabilidade. Também, destacamos a complementaridade de visões a partir de outras aproximações epistemológicas alternativas, especialmente a do Sul e a feminista, como quadro de análise válido no

questionário das relações de poder e do modelo económico e político hegemónico.

Neste sentido, queremos oferecer as aprendizagens obtidas no projeto e que possam servir de lições aprendidas ou a modo de sugestões para incentivar à reflexão. Destacaremos três deles em grandes rasgos. Em todo os casos, se deverão ler de maneira relacional e interdependente entre elas, esperando que sirvam de recomendações a ter em conta na elaboração de um enquadramento estratégico de transformação social.

O primeiro das aprendizagens surge inspirado nas propostas abordadas, principalmente, pelo feminismo, a ecologia política e a geografia crítica, que ampliam a categoria de território a partir das mediações que se dão entre o material e o simbólico de cada contexto local vinculado ao global. Neste ponto, encontramos-nos com o que se contempla na micropolítica, onde a memória e o corpo se tornam conceitos indispensáveis para resistir, discutir e procurar alternativas sustentáveis em parâmetros de quotidianidade, proximidade e cuidado da vida. Referimo-nos à habitabilidade dos espaços do mundo em relação às categorias de bem-estar, bem viver, vida em plenitude ou outras aceções. Neste âmbito surge o questionamento da categoria de identidade vinculada ao bem-estar, que, para responder à pergunta «quem sou eu?», responde da titularidade do sujeito soberano reclamando os seus direitos («o que me pertence?»). As categorias de bem viver e viver em plenitude mudam radicalmente este entendimento, e propõem como ponto de enunciação a pergunta «a que lugar pertencemos?».<sup>5</sup> Desta forma, modifica-se a dimensão de pertença relacionada com a habitabilidade dos espaços do mundo e incorpora-se o elemento de interdependência relacional.

O segundo das aprendizagens ressalta a importância de analisar as narrativas e as metáforas espaciais (Este/Oeste, Norte/Sul, local/global, dentro/fora, acima/abaixo, cerca/longe...) sobre as quais se baseiam as estruturas de poder e os sistemas binários de opressão, dominação e sumição (patriarcado, colonialismo e capitalismo). Num

---

5. «É preciso tomar consciência do nosso lugar de pertença. A “propriedade” bem entendida, o que nos é “próprio”, não é o que possuímos, mas o lugar ao que pertencemos. Faz falta uma sabedoria do habitat, uma ecosofia: uma sabedoria (*sophia*) do próprio (*oikos*). Eco-sofia em vez de eco-logia, sabedoria em vez de discurso. Sabedoria do habitat é saber que nada é independente, que somos uma partícula no universo do mesmo modo que pode ser uma aranha, um rinoceronte, uma planta ou uma ameba. A sabedoria do *oikos* supõe diminuir em importância para situar-nos no lugar que nos corresponde no grande entramado do vivente» (Maillard, 2018: 68).

#### 4. CONFLITO E ALTERNATIVAS DE VIDA

momento civilizatório do tempo fragmentado e *big data*, o intersubjetivo e relacional dão forma às experiências de resistência e às narrativas que respondem das as margens ou do periférico para dar visibilidade às alternativas emergentes, isto é, como contar o distinto perante os relatos totalitários, que oferecem uma única resposta como válida e exclusiva, quer dizer, as que não permitem a diversidade nem contemplam a complexidade.

O terceiro das aprendizagens corresponde ao âmbito epistémico, à lógica de legitimação do conhecimento (sujeito/objeto) e à abordagem do conhecimento com base no rigor científico e na implicação de não-neutralidade objetiva, sobre as formas de ser e estar no mundo. Os marcos ontológicos e epistemológicos hegemônicos se tornam em opções de caráter individualista e valor universal (indivíduo/direitos/propriedade) e estruturas alternativas ou abordagens de relação (corpo/cosmos/espiritualidade) que contemplam outras práticas político-sociais para a sustentabilidade e respondem à pergunta «o que é a vida?», transcendendo a abordagem material e economicista moderna.

Em resumo, vamos analisar brevemente estas aprendizagens que relacionam três questões vinculadas a experiências fundamentais: o que é o estar bem?, em relação à habitabilidade e à categoria de bem-estar, como contar o alternativo?, em relação à elaboração de narrativas e por último, a grande pergunta que une ciência e filosofia, o que é a vida?

#### ■ Habitando os espaços do mundo

Como anteriormente referido, a proposta normativa do projeto «Territórios em conflito» assume como desafio a construção de propostas entendidas como resistências e alternativas de vida para enfrentar através de meios pacíficos a transformação social. Nessa linha de pensamento, o território é entendido como espaço de conflito onde debater e gerar alternativas justas e sustentáveis para a habitabilidade no mundo.

O território configura-se, portanto, como um espaço de vida que alberga paisagem simbólico e natural, ecossistema e grupos sociais que o habitam. É uma concepção integral que abrange distintas dimensões para aprofundar as propostas distantes da insustentabilidade do modelo desenvolvimentista e extrativista do capitalismo neoliberal. Um modelo extrativista que utiliza a terra e o território a partir do paradigma da mercantilização e o despojamento, e um modelo de desenvolvimento que utiliza os corpos como recurso, quer dizer, como meio e não como um fim. e força a deslocação de comunidades assentes sobre as zonas

de maior biodiversidade do planeta provocando o seu desenraizamento, ao desenraizar o corpo físico do seu habitat, quer dizer, isola-o social e ambientalmente do seu território, como espaço natural e simbólico, e, conseqüentemente, da sua vida coletiva.

Este é o cenário que se está a desenhar à escala planetária. Um modelo que atua sem ter em conta que nem toda a atividade humana tem valor económico e sem considerar válidas outras aproximações epistemológicas e práticas alternativas que não estão submissas à lógica do capital, isto é, projetos concebidos coletivamente que constroem modelos alternativos de produção não-capitalista para transitar a economias sustentáveis com o capital da vida. Sem ignorar, em caso algum, o debate epistémico sobre as diversas concepções do mundo que sustentam determinados modelos políticos e económicos ou outros. No marco da tradição ocidental a titularidade dos direitos se centra na liberdade do sujeito e constitui, assim, uma lógica que vincula sujeito a direito.

Existem outras propostas apesar disso, como por exemplo, as epistemologias do Sul que consideram os conhecimentos periféricos ou marginalizados, ou o ecofeminismo, que põe a vida no centro como premissa da sua atuação, ou a filosofia oriental, que entende a vida como «o posto em relação», ou a ecosofia, que traça uma deslocação do âmbito do sujeito à âmbito de sua interação com o mundo, e abrange a sua responsabilidade a todos os seres vivos. Estas abordagens supõem uma oportunidade para refletir sobre os próprios direitos e o seu alcance para incidir nos deveres humanos e compreender o mundo na sua complexa realidade interdependente.

### ■ Narrativas para a esperança

Os seres humanos necessitam narrar para compreender o mundo. O giro feito desde a filosofia da linguagem reivindica o valor da palavra, e outorga à poética o estatuto de criadora de mundos, ou o que em termos analíticos deste projeto poderíamos interpretar como alternativas potenciais de vida.

No mundo em que vivemos, no entanto, não basta em criar, é preciso debater e ao mesmo tempo, cuidar e sustentar, e finalmente, encerrar. Especialmente, encerrar para alterar a metáfora de progresso que, inevitavelmente, é interpretada como uma constante e ilimitada intervenção nos parâmetros da lógica capitalista. Isto é, como um fim sem final. Razão pela qual é na esfera do conhecimento onde a narra-

#### 4. CONFLITO E ALTERNATIVAS DE VIDA

tiva hegemónica deve ser questionada para voltar aos parâmetros de finitude e retorno a casa,<sup>6</sup> como metáfora de regresso.

Compreender o mundo requer das nossas sensações, percepções e recordações. É necessário entender a sua dimensão espaciotemporal e atribuir-lhe o hilo narrativo que o possa concluir. A ausência do mesmo, sem hilo (niilismo), nos reduz à fragmentação dos ciclos temporais que nos afastam da complexidade das experiências de fundação, aquelas que nos fazem, desfazem e, nalguns casos, refazem. E são estas experiências as que fazem interpelação à consciência das pessoas sobre o sentido da vida, isto é, atribuem-lhe significado.

Conhecer o mundo requer pensar nas relações que nos rodeiam e nas mediações para habitar os espaços do mundo. É importante compreender as relações de dependência e interdependência submissas à vida para procurar fazer do mundo um lugar mais justo e habitável em termos políticos, económicos e socioambientais, respeitando a pluralidade e a diversidade das cosmovisões —ou pluriverso— que constituem as sociedades humanas.

Sem controlo sobre o futuro na vida entrelaçam-se memória e possibilidade. A capacidade de imaginar cria mundos, e a resistência é a esperança que acompanha o transcurso poético que incentiva o processo de refazer história e de encontrar a narrativa que dê sentido à vida.

### ■ A vida como prática emancipadora

No princípio do capítulo centrávamos o objetivo no âmbito do conhecimento para entender o conflito desde a sua complexidade e a vida desde a sua imprevisibilidade:

- A complexidade como componente constitutivo, processual e inacabado do conflito que permite analisar e diferenciar entre os processos que destroem e os que favorecem e potenciam a vida.
- O imprevisível para mostrar que nem tudo está dito ou feito, e para ampliar o campo a outras formas epistémicas de entender o mundo. É o caso das epistemologias do Sul, que consideram a realidade como espaço aberto desde a capacidade de surpreender-nos para contribuir a desenvolver conhecimentos criativos e inovadores. Também aparece no feminismo

---

6. «A metafísica pós niilista, regressando à origem, deve começar por ser uma metáfora da casa, permanência não graças à substância e à identidade, mas ao abrigo e ao cuidado» (Esquirol, 2015: 48).

pós colonial e a epistemologia ch'ixi<sup>7</sup> que aborda Silvia Rivera Cusicanqui, uma proposta afastada do pensamento dicotômico da tradição ocidental, que não exclui nem sintetiza, e apropria-se do seu potencial criativo da epistemologia ch'ixi, questionando a lógica binária que permite formas de intercâmbio précapitalistas desde uma reciprocidade entendida como incomensurável. Ou também, como refere Suely Rolnik, desde o questionamento de uma subjetivação<sup>8</sup> sujeita a um logocentrismo, no qual se considera inferior qualquer outro modo de entender o mundo para além do cognitivo, como por exemplo, aquilo que de forma comum se entende por intuitivo, ou o saber do corpo.

Nesse sentido, necessitamos epistemologias e metodologias válidas que procurem conhecimento e práticas coletivas, abertas e experimentais, como laboratórios, que permitam uma produção crítica, criativa e cuidadosa para construir um mundo habitável, perante a crise de um império cognitivo, o capitalismo neoliberal, globalizado atualmente à escala planetária. Nesse sentido também, a par com as epistemologias é importante mostrar as alternativas emergentes que em distintas geografias se estão a desenvolver como fontes de aprendizagem perante o que atualmente poderia ser um tempo sem esperança.

Necessitamos, definitivamente, entender a vida como uma prática emancipadora que questione a matriz de dominação na qual se fundamenta a dualidade epistémica do projeto civilizatório no qual estamos imersas. Em particular, a do sistema patriarcal, colonial e capitalista que afeta, diretamente, à dimensão ético-política da construção da paz

- 
7. «Sobre as premissas de uma bússola ética e a igualdade de inteligências e poderes cognitivos —certamente-expressáveis numa diversidade de línguas e epistemes— poderá tecer-se quem sabe uma episteme ch'ixi de caráter planetário que nos capacitará nas nossas tarefas comuns como espécie humana, simultaneamente nos enraizará ainda mais nas nossas comunidades e territórios locais, nas nossas regiões para construir redes de sentido, como a “compartência” alternativamente à “competência”, como gesto vital e miscelânea linguística como tática de tradução» (Rivera Cusicanqui, 2018: 81-82).
  8. «Acontece que a redução ao sujeito da política de subjetivação que permanece nelas implica permanecer dissociados da nossa condição de viventes, a qual nos separa dos afetos e preceitos e nos destitui do saber do vivo [...] sob o domínio do inconsciente colonial-capitalístico» (Rolnik, 2019: 48).

#### 4. CONFLITO E ALTERNATIVAS DE VIDA

e os direitos humanos. E nos permitir conhecer, entre outras, propostas epistêmicas como a hermenêutica diatópica<sup>9</sup> (Santos, 2002: 76) e a feminista (Cunha y Casimiro, 2019).

Também é crucial conhecer a nossa tradição moderna para entender, apesar de tudo, o seu desejo emancipador, desde um ponto de vista radical sob suspeita, duvidoso mais que insolente. Entender o potencial ilustrado como capacidade renovadora e recordar o seu principal objetivo, o desempenho da sua função crítica<sup>10</sup> perante o dogmatismo.

Por isso, é preciso recuperar o exercício crítico e de proposição, juntamente desta vez sim, neste declive civilizatório, de outras matrizes epistemológicas com as quais aprender, e ampliar a matéria para revitalizar o discurso dos direitos humanos, com a intenção de enfocar os deveres e democratizar o conhecimento.

Ao fim e ao cabo, o desejo de progresso forma parte do legado constitutivo da nossa tradição moderna e é um elemento do qual dificilmente nos podemos separar, o que, sem mais, se poderia evaporar por não se evocar. A herança ilustrada forma parte da gramática epistêmica da racionalidade moderna e, nesta crise civilizatória, bem podia apresentar-se como uma oportunidade para se pensar de novo o mundo, e assumir as responsabilidades e reparações simbólicas e materiais necessárias, sem renunciar em caso algum ao seu substrato emancipador, mas, pelo contrário, para impulsionar-lhe. E nesta ocasião, então, superar o impulso de dominação.

O capítulo começava por assinalar que a nossa maior resistência emerge ao imaginar uma vida sem sentido. Nas nossas mãos está a capacidade de mudar o rumo e renunciar ao impulso de dominação, à acumulação e à expropriação. E entender o conflito e a vida como práticas emancipadoras.

---

9. «A hermenêutica diatópica não só requer um conhecimento diferente, como também um processo diferente de criação de conhecimento. Requer a criação de um saber coletivo e participativo baseado em intercâmbios cognitivos e emotivos iguais, um conhecimento como emancipação, mais do que um conhecimento como regulação» (Santos, 2002: 75-76).

10. «O que a ilustração radical exige é poder exercer a liberdade de submeter qualquer saber, e qualquer crença, a um exame, venham de onde vierem, a formule quem a formule, sem pressupostos nem argumentos de autoridade. Este exame necessário, sobre a palavra dos outros e, especialmente, sobre o pensamento próprio, é o que começam então a chamar, de maneira genérica, a crítica» (Garcés, 2017: 37).

## RECURSOS PARA A APRENDIZAGEM

## ■ Bibliografia

- ALBERDI, Jokin (2019): «Construindo poder político. Aprendizagens dos territórios em conflito», em Jokin ALBERDI, Isabel CASIMIRO, Teresa CUNHA, Alfonso DUBOIS, Gonzalo FERNÁNDEZ, Yolanda JUBETO, Mertxe LARRAÑAGA, María OIANGUREN e Luísa de Pinho VALLE: *Territórios em conflito. Chaves para a construção de alternativas de vida*, Gernika-Lumo, Gernika Gogoratz.
- COMINS MINGOL, Irene, e Francisco A. MUÑOZ (2013): *Filosofías y praxis de la paz*, Barcelona, Icaria.
- CUNHA, Teresa, e Isabel CASIMIRO (2019): «Epistemologias do Sul e alternativas feministas de vida. As Cinderelas do nosso Moçambique querem falar», em Jokin ALBERDI, Isabel CASIMIRO, Teresa CUNHA, Alfonso DUBOIS, Gonzalo FERNÁNDEZ, Yolanda JUBETO, Mertxe LARRAÑAGA, María OIANGUREN e Luísa de Pinho VALLE: *Territórios em conflito. Chaves para a construção de alternativas de vida*, Gernika-Lumo, Gernika Gogoratz.
- DUBOIS, Alfonso (2019): «A proposta alternativa a partir da abordagem das capacidades. Conceitos e quadro de análise», em Jokin ALBERDI, Isabel CASIMIRO, Teresa CUNHA, Alfonso DUBOIS, Gonzalo FERNÁNDEZ, Yolanda JUBETO, Mertxe LARRAÑAGA, María OIANGUREN e Luísa de Pinho VALLE: *Territórios em conflito. Chaves para a construção de alternativas de vida*, Gernika-Lumo, Gernika Gogoratz.
- ESQUIROL, Josep María (2015): *La resistencia íntima. Ensayo de una filosofía de la proximidad*, Barcelona, Acantilado.
- FERNÁNDEZ, Gonzalo (2019): «O assalto do poder corporativo aos territórios. Elementos-chave para uma resistência popular frente aos megaprojectos», em Jokin ALBERDI, Isabel CASIMIRO, Teresa CUNHA, Alfonso DUBOIS, Gonzalo FERNÁNDEZ, Yolanda JUBETO, Mertxe LARRAÑAGA, María OIANGUREN e Luísa de Pinho VALLE: *Territórios em conflito. Chaves para a construção de alternativas de vida*, Gernika-Lumo, Gernika Gogoratz.



#### 4. CONFLICTO E ALTERNATIVAS DE VIDA

- FONTAN, Victoria (2012): «Replanteando la epistemología de la paz: el caso de la descolonización de paz», *Perspectivas Internacionales, Ciencia Política y Relaciones Internacionales*, 8 (1), 41-71. Disponível em <<https://revistas.javerianacali.edu.co/index.php/perspectivasinternacionales/article/view/839/1364>>.
- GALTUNG, Johan (1998): *Tras la violencia, 3R: reconstrucción, reconciliación, resolución. Afrontando los efectos visibles e invisibles de la guerra y la violencia*, Bilbao, Bakeaz/Gernika Gogoratuz.
- (2003): *Paz por medios pacíficos. Paz y conflicto, desarrollo y civilización*, Bilbao, Bakeaz/Gernika Gogoratuz.
- GARCÉS, Marina (2017): *La ilustración radical*, Barcelona, Anagrama.
- JAIME-SALAS, Julio Roberto (2018): «Descolonizar los Estudios de Paz, un desafío vigente en el marco de la neoliberalización epistémica», *Revista de Paz y Conflictos*, 12 (I), 133-157. Disponível em <<http://revistaseug.ugr.es/index.php/revpaz/article/view/8307/7951>>.
- JIMÉNEZ ARENAS, Juan Manuel (2011): «Pax homínida. Una aproximación imperfecta a la evolución humana», em Francisco A. MUÑOZ e Jorge BOLAÑOS CARMINA (eds.): *Los habitus de la paz. Teorías y prácticas de la paz imperfecta*, Granada, Instituto da Paz e os Conflitos/Universidade de Granada, 65-94.
- JUBETO, Yolanda, Mertxe LARRAÑAGA e Luísa de Pinho VALLE (2019): «Propostas feministas pela despatriarcalização e descolonização dos territórios e a favor da rede da vida», em Jokin ALBERDI, Isabel CASIMIRO, Teresa CUNHA, Alfonso DUBOIS, Gonzalo FERNÁNDEZ, Yolanda JUBETO, Mertxe LARRAÑAGA, María OIANGUREN e Luísa de Pinho VALLE: *Territórios em conflito. Chaves para a construção de alternativas de vida*, Gernika-Lumo, Gernika Gogoratuz.
- LEDERACH, John Paul (1998): *Construyendo la paz. Reconciliación sostenible en sociedades divididas*, Bilbao, Bakeaz/Gernika Gogoratuz.
- (2007): *La imaginación moral. El arte y el alma de la construcción de la paz*, Bilbao, Bakeaz/Gernika Gogoratuz.
- y Angela Jill LEDERACH (2014): *Cuando la sangre y los huesos claman. Travesías por el paisaje sonoro de la curación y la reconciliación*, Gernika-Lumo, Gernika Gogoratuz.

## TERRITÓRIOS EM CONFLITO

- MAILLARD, Chantal (2018): *¿Es posible un mundo sin violencia?*, Madrid, Vaso Roto Cardinales.
- MARTÍNEZ GUZMÁN, Vicent (2001): *Filosofía para hacer las paces*, Barcelona, Icaria.
- (2005): *Podemos hacer las paces. Reflexiones éticas tras el 11-S y el 11-M*, Bilbao, Descleé De Brouwer.
- (2018): «Gobernanza para hacer las paces», em Ana BARRERO (coord.): *Ciudades de paz. Foro Mundial sobre las violencias urbanas y la educación para la convivencia y la paz*, Madrid, AIPAZ.
- MUÑOZ, Francisco A. (2001): *La paz imperfecta*, Granada, Instituto da Paz e os Conflitos/Universidade de Granada,
- e Jorge BOLANOS CARMINA (eds.) (2011): *Los habitus de la paz. Teorías y prácticas de la paz imperfecta*, Granada, Instituto da Paz e os Conflitos/Universidade de Granada.
- RAMSBOTHAM, Oliver, Tom WOODHOUSE e Hugh MIALL (2011): *Resolución de conflictos. La prevención, gestión y transformación de conflictos letales*, Barcelona, Instituto Catalão Internacional pela Paz.
- RIVERA CUSICANQUI, Silvia (2018): *Un mundo ch'ixi es posible. Ensayos desde un presente en crisis*, Buenos Aires, Tinta Limón.
- ROLNIK, Suely (2019): *Esféricas de la insurrección. Apuntes para descolonizar el inconsciente*, Buenos Aires, Tinta Limón.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2002): «Hacia una concepción cultural de los derechos humanos», *El Otro Derecho*, 28 (julho), 75-76.
- e Antoni AGUILÓ (2019): *Aprendizajes globales. Descolonizar, desmercantilizar y despatriarcalizar desde las epistemologías del Sur*, Barcelona, Icaria.

### ■ Recursos audiovisuales

- GALTUNG, Johan (2017): «Teoría y práctica en la construcción de paz. Experiencias de una vida». Conferência proferida na Faculdade de Ciências Políticas e Sociologia da Univesidade Complutense de

#### 4. CONFLICTO E ALTERNATIVAS DE VIDA

Madrid, 26 de janeiro de 2017. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=9XRoyagI6z0>>.

GARCÉS, Marina, y Chantal MAILLARD (2017): «Pensar en tiempos difíciles». Debate realizado em um evento organizado pela Fundació Antoni Tàpies, Barcelona, 16 de outubro de 2017. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=tB5oGTJ77o8>>.

LEDERACH, John Paul (2014): «Los acuerdos no terminan los conflictos». Comunicação apresentada na Conferência sobre Diálogos de Paz organizada pelo Mestrado em Conflito Social e Construção da Paz da Universidade de Cartagena, 27 de fevereiro de 2014. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=4gZKF-Pyiv4>>.

MARTÍNEZ GUZMÁN, Vicent (2017): «De la seguridad como dominación a la ética y políticas de los cuidados como construcción de una ciudadanía localmente cosmopolita, cuidadora y ecológica». Comunicação apresentada en el seminario «La seguridad en el siglo XXI: de lo global a lo local», organizado por el Instituto Catalán Internacional para la Paz, Barcelona, 9 de outubro de 2017. Disponível a partir do 30º minuto em <<https://www.youtube.com/watch?v=ll69qYAmhh0>>.

MUÑOZ, Francisco A. (2014): «La paz imperfecta», 30 de outubro de 2014. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=fWMIbC3kxYw>>.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia (2018): Revista de la Universidad «Utopía ch'ixi», 3 de novembro de 2018. Disponível em <<https://tv.unam.mx/portfolio-item/revista-de-la-universidad-utopia-chixi-consilvia-rivera-cusicanqui/>>.

ROLNIK, Suely, et al. (2019): Debate com Suely Rolnik sobre seu novo livro *Esferas de la insurrección. Apuntes para descolonizar el inconsciente*, com Raúl Sánchez Cedillo, ativista e tradutor; Clara Vázquez, psicanalista e feminista; e Alberto Azcárate, colaborador de *El Salto*, Madrid, 2 de abril de 2019. Disponível em <<https://www.traficantes.net/noticias-editorial/conversaci%C3%B3n-con-suely-rolnik-martes-2-de-abril>>.

## ■ Recursos web

Nesta secção destacam-se duas redes para facilitar o acesso à informação sobre as investigações, as atividades formativas e os recursos de mais de trinta organizações que trabalham no âmbito da construção da paz e dos direitos humanos. Nestes websites se poderá encontrar uma ampla oferta de cursos, pós grados, másteres, jornadas e outros pontos de encontro e reflexão, para além de publicações *online*.

### **AIPAZ (Associação Espanhola de Investigación pela Paz)**

[www.aipaz.org](http://www.aipaz.org)

Esta associação foi constituída em 1997 com o objetivo de analisar a paz e os conflitos desde uma perspetiva multidisciplinar, que abrange a eliminação das distintas formas de violência, a promoção da justiça, o respeito dos direitos humanos, o desenvolvimento e a resolução pacífica dos conflitos. Se assume comprometida com aqueles valores e práticas sociais que tendem para a construção de uma cultura e sociedade de paz.

### **Foro de Associações de Educação em Direitos Humanos e pela Paz do País Basco**

<https://foroderechoshumanos.org/>

É uma associação de entidades da Comunidade Autónoma Basca, constituída em 2007. O seu objetivo é consolidar-se como um foro próximo à cidadania que trabalha desde a diversidade para contribuir à consolidação de uma cultura de paz e à promoção dos direitos humanos.